



A QUESTÃO SOCIAL BRASILEIRA E A RELAÇÃO COM FAMÍLIA

THE BRAZILIAN SOCIAL QUESTION AND THE RELATIONSHIP WITH FAMILY

Sara Morgana Silva Carvalho Lopes
Universidade Federal Do Piauí (UFPI)

Mayara Carneiro Alves Pereira
Universidade Federal Do Piauí (UFPI)

RESUMO

O presente artigo é voltado para o estudo da questão social no Brasil e a família, e tem como objetivo analisar como as expressões da questão social interferem na vida das famílias brasileiras, haja vista a centralidade assumida, no final do século XX, pela família no manejo das políticas sociais. E para tanto, sustenta-se na premissa de que o sistema capitalista produz mazelas sociais suportadas pela sociedade que enfraquecem, sobretudo, as famílias. Trata-se de pesquisa bibliográfica, mediante revisão de literatura com seleção intencional, haja vista os autores selecionados possuírem compatibilidade teórico-metodológica com a hipótese e a problematização então levantadas. E nas considerações finais, verificou-se que a questão social na realidade brasileira é pautada por desigualdades sociais, violência, miséria, precarização do trabalho, além de outras expressões, o que interfere, sobretudo, no modo de vida das famílias brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Questão Social. Tendência familista. Família.

ABSTRACT

This article focuses on the study of the social question in Brazil and the family and aims to analyze how the expressions of the social question interfere in the life of Brazilian families, given the centrality assumed, at the end of the 20th century, by the family in the management of social policies. And for that, it is based on the premise that the capitalist system produces social ills borne by society that weaken, above all, families. It is a bibliographical research, through literature review with intentional selection, given that the selected authors have theoretical-methodological compatibility with the hypothesis and the problematization then raised. And in the final considerations, it was verified that the social question in the Brazilian reality is based on social inequalities, violence, misery, precariousness of work, besides other expressions, which interferes, above all, in the way of life of Brazilian families.

KEY-WORDS: Social issues. Family tendency. Family.



1 INTRODUÇÃO

Este estudo trata de uma proposta teórico-reflexiva, mediante pesquisa bibliográfica, do tipo intencional. Tem como objetivos analisar e problematizar a influência da questão social no seio das famílias brasileiras, haja vista a centralidade assumida pela família (tendência familista) no cuidado e proteção dos seus membros, pois o Estado vem delegando atribuições, no exercício de suas políticas sociais, a diversos setores, dentre os quais a família se destaca.

Várias são as mudanças que aconteceram no cenário social, dentre elas a evolução do capitalismo, que proporcionou algumas alterações sociais, como por exemplo, a inserção da mulher no mercado de trabalho e as novas tecnologias que possibilitaram o desenvolvimento de diversos métodos de reprodução.

Diante das mudanças ocorridas na constituição das famílias, podem-se mencionar a existência do surgimento de diversas estruturas, sendo uma delas a patriarcal, que prevaleceu por muito tempo, sendo caracterizada pela ênfase na figura do homem. Em contraposição à ênfase ao masculino, existiram as sociedades matrilineares com grande destaque a importância materna. Os arranjos mais conhecidos e valorizados ainda dizem respeito à estrutura nuclear. Esta representa um padrão ideal almejado socialmente, uma vez que é composta por pai, mãe e filho(s) e por uma ênfase no paterno.

Mesmo a constituição nuclear ainda sendo a estrutura familiar mais presente na sociedade, nos últimos anos pode-se observar que diversos modelos de família têm surgido, como por exemplo, os lares compostos por uniões homoafetivas, filhos não biológicos, pares recasados (pluriparental), casas chefiados por avós, ou ainda as estruturas formadas somente por uma mãe ou pai solteiros, compondo as organizações monoparentais (WAGNER, TRONCO, ARMANI; 2011).

Nosso estudo não possui a pretensão de dirimir as questões oportunamente levantadas, mas apenas a de dialogar acerca delas, afim de delinear a forma como aludido tema é tratado por alguns teóricos, considerados essenciais nesta pesquisa.

2 A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL



Para explicar a origem da questão social, Netto (2001) faz uso do pauperismo europeu do século XVIII, ou seja, aquele relacionado a primeira revolução industrial, para exemplificar como o recente sistema capitalista alterou o que se entendia por pobreza, pois segundo ele “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riqueza”. Não é que não houvesse pobreza no mundo antes do sistema capitalista, mas a sua manifestação oriunda desse sistema, é paradoxal, uma vez que, embora a produção da riqueza crescesse de forma exponencial, a pobreza também aumentava na mesma proporção.

Nesse viés, a pobreza dá lugar ao pauperismo (NETTO, 2001, p. 43):

Numa palavra, a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – o *pauperismo* – aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite da sua supressão [...] Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como ‘questão social’.

Santos (2012, p. 26-27) afirma que a questão social “tem o seu núcleo fundado pela ‘lei geral da acumulação capitalista’”, de modo que a “gênese da ‘questão social’ é explicada pelo processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital”, ou seja, firmada pelo capitalismo e originada por ele. Asseverando ainda a existência de uma tendência do sistema capitalista de aumento de da produtividade, movido pelas descobertas tecnológicas e, uma consequente diminuição do trabalho necessário a essa acumulação do capital. Nesse sentido, dispõe que

O desenvolvimento tecnológico se torna determinante do desemprego, portanto, em face de sua utilização no interior das leis de reprodução do capitalismo onde a produção de respostas às necessidades humanas está inteiramente subordinada ao processo de valorização do capital. Ou seja, quem permanece trabalhando é mais explorado na intensidade de horas trabalhadas e torna ‘dispensáveis’ outros tantos trabalhadores.

Importante também ressaltar dois posicionamentos de Santos (2012, p. 28-29) acerca da questão social que são basilares para o entendimento dessa expressão, o primeiro deles é que “não se está designando como ‘questão social’ a desigualdade e a pobreza indistintamente e sim aquelas que tem sua existência fundada pelo modo de produção capitalista” e, “que além de socialmente produzida, a escassez que gera o pauperismo não expressa sozinha a ‘questão social’”. De fato, desde a antiguidade há relatos históricos de pobreza no mundo, mas a pobreza que justifica a questão social é aquela relacionada ao



modo de produção capitalista, e a questão não se exaure na pobreza, sendo manifestada de outras tantas formas.

Assim, o modo de produção capitalista, segundo Santos (2012), constitui a gênese da questão social, de modo que no século XIX, a pauperização dos trabalhadores tanto na Inglaterra como em outras regiões, é evidente. Há, nesse período, um extremo nível de barbarização da vida social, o que não poderia acarretar outra coisa senão a organização da classe trabalhadora em face da exploração capitalista, desse modo, ao passo em que se intensificavam as condições de exploração, foram surgindo e/ou fortalecendo outras formas de difusão/organização das lutas operárias, como manifestações públicas, imprensa operária, sindicatos, greves, dentre outras.

Mas, para entendermos como se deu o processo da questão social no Brasil, necessária será a análise das expressões da questão social na América Latina, haja vista sua industrialização tardia, bem como o ajuste neoliberal sofrido pelos países periféricos, dos quais o Brasil faz parte.

Desse modo, as manifestações da questão social nos países subdesenvolvidos demonstram-se ainda mais catastróficas, uma vez que os países centrais e desenvolvidos exercem controle do ajuste capitalista nos países periféricos, que por sua vez, não possuem políticas sociais capazes de suportar as mazelas do capitalismo.

Para Pastorini (2004), na década de 1980, a maioria dos países se reorganiza sob a égide do neoliberalismo, que estabeleceu as regras específicas a serem seguidas pelos países periféricos no enfrentamento dessa crise. Todavia, atualmente reaparecem nos discursos dos governos e dos organismos multilaterais a preocupação com a “questão social”, pois o processo brasileiro de inserção ao capitalismo se deu com o preço da “desintegração” em nível nacional, reafirmando o agravamento das manifestações da “questão social” como desemprego, desigualdade social, fome, desamparo, dentre outras.

Nesse processo de inserção capitalista, nosso país, dentre outros problemas sociais, vivencia níveis alarmantes de violência, condizentes a países que sofrem guerra civil. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (p. 07-08, 2017) demonstram que

Segundo o Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, em 2015 houve 59.080 homicídios no Brasil – o que equivale a uma taxa por 100 mil habitantes de 28,9. Este número de homicídios consolida uma mudança de patamar nesse indicador (na ordem de 59 a 60 mil casos por ano), e se distancia das 48 mil a 50 mil mortes, ocorridas entre 2005 e 2007. [...] Um dado emblemático que bem caracteriza a questão é a participação do homicídio como causa de mortalidade da juventude masculina, 15 a 29 anos, que em 2015



correspondeu a 47,8% do total de óbitos. Se considerarmos apenas os homens entre 15 a 19 anos, esse indicador atinge a incrível marca dos 53,8%.

A violência no Brasil não se limita aos imputáveis, ou seja, aqueles que possuem a maioria penal (maiores de dezoito anos) e podem, assim, responder a processo criminal, pois atinge gravemente também a juventude brasileira, quer seja como sujeitos ativos (infratores), ou mesmo como sujeitos passivos (vítimas) de violência. Segundo dados do IPEA (2017, p. 27-28) “entre 2005 e 2015, observou-se um aumento de 17,2% na taxa de homicídio de indivíduos entre 15 e 29 anos”, traduzindo a juventude brasileira ao título de “juventude perdida”, assim delineada:

É um filme que se repete há décadas e que escancara a nossa irracionalidade social. Não se investe adequadamente na educação infantil (a fase mais importante do desenvolvimento humano). Relega-se à criança e ao jovem em condição de vulnerabilidade social um processo de crescimento pessoal sem a devida supervisão e orientação e uma escola de má qualidade, que não diz respeito aos interesses e valores desses indivíduos. Quando o mesmo se rebela ou é expulso da escola (como um produto não conforme numa produção fabril), faltam motivos para uma aderência e concordância deste aos valores sociais vigentes e sobram incentivos em favor de uma trajetória de delinquência e crime.

Pesa ainda o fato de que o Brasil vem sofrendo os reflexos do ajuste neoliberal, de modo que boa parte de nossas políticas têm focalizado à família como unidade ativa de proteção social, o que se pode observar em algumas diretrizes constitucionais, como por exemplo o seu artigo 227 da Constituição Federal que dispõe ser “dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com prioridade absoluta, o direito à vida, à saúde [...] e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência [...]” (BRASIL, 1988).

Portanto, a família vem assumindo um protagonismo no que tange à proteção social dos seus dependentes, sem, contudo, receber por parte do Estado, os meios para o exercício dessa função, o que denota ainda mais desproteção da nossa juventude.

3 FAMÍLIAS

Estudar família pode representar um passo envolvente e ao mesmo tempo polêmico, na medida em que perpassa por valores, comportamentos e organizações dos membros, crenças e concepções populares, significando uma temática que merece destaque e atenção. Santana (2010) frisou que a família sempre significa um tema atual envolto de investigações



permanentes, para além de um grupo estático, pois se renova constantemente frente aos vários movimentos cotidianos, assim como o destaque dado pela Organização Mundial de Saúde, que defende que o conceito de família não pode ser limitado a laços de sangue, pois “qualquer grupo cujas relações sejam baseadas na confiança, suporte mútuo ou destino comum é considerado família” (OMS, 1994).

Além de caracterizar os grupos familiares como um sistema ativo, estudiosos como Teixeira *et al.* (2009) ressaltam que esta organização constitui um dos temas mais discutidos no âmbito das ciências humanas, da saúde e nas políticas públicas, discutindo-a dentro do parêntese das diversas situações de vulnerabilidade social. Frente a isto, discutir família vai além de um interesse pessoal, envolvendo também questões políticas e sociais.

No que se refere à questão histórica, muitas concepções e conceitos são formulados, presumindo este grupo como uma instituição definida e reproduzida culturalmente de acordo com os valores almejados e considerados como positivos ou negativos em consonância com a época. Dentro de uma análise cultural, ainda existem concepções fundamentadas no senso comum, onde vigora a importância do papel masculino.

O seio familiar é culturalmente marcado por uma definição e função de papéis destacados principalmente pelas figuras homem-mulher. Onde o feminino é responsável pela harmonia familiar e administração do dinheiro que deve ser conquistado pelo homem. Este por sua vez, necessita agir também como mentor da autoridade, respeito e valores socialmente construídos, atuando como um elo entre a família e o externo. Em contrapartida, têm ocorrido várias mudanças no papel do homem e da mulher, tanto na estrutura familiar quanto na social (SANTANA, 2010).

Dentre as mudanças históricas destacam-se a Revolução Industrial (séculos XVIII e XIX) e o Movimento Feminista (séculos XIX e XX), que em conjunto com o avanço da pílula anticoncepcional (década de 1980) representaram um momento em que as mulheres lutaram por seus direitos, expressão de ideias, espaço, liberdade e para não mais dependerem unicamente dos homens, sejam eles pais ou esposos (SANTANA, 2010).

As mudanças como a aceitação sócio-judicial do divórcio, a emancipação feminina (principalmente econômica), a queda da taxa de fecundidade por meio da utilização de métodos contraceptivos e de esterilização, dão subsídios para que ocorram as reconfigurações familiares, uma vez que, essas transformações contribuíram com a mudança de concepção de família, deixando de ser uma etapa obrigatória, para se tornar uma escolha pessoal.



Concomitantemente, a sociedade produz regras e estereótipos que definem as formas e estruturas da organização familiar, sem deixar espaços para escolhas e aspirações pessoais, ao mesmo tempo em que espera por um comportamento diferenciado, a exemplo do que acontece com os homens, que culturalmente estão associados aos comportamentos de protetor e provedor familiar. O oposto é esperado em relação às características femininas, que devem se comportar dentro da concepção de sexo frágil, responsável pelos cuidados da família, apresentando uma postura mais sensível e passiva, como bem mencionaram Petrini e seus colaboradores (2010).

Para além dos diversos momentos históricos e culturais que envolveram os contextos familiares, vários são os posicionamentos e concepções sobre família, dentre eles Simionato e Oliveira (2003) evidenciam-na como uma instituição social em constante processo de transformações e adaptações. Assim como Mioto (1997), que também a significa como uma instituição social dentro de uma perspectiva totalizante relacionada e articulada com a estrutura na qual se insere. O mesmo autor (1997) ainda destaca que os grupos familiares também podem ser compostos por uma variedade de arranjos e por uma realidade constituída de acordo com as diferentes classes e/ou segmentos sociais, o que a torna mais diversificada ainda.

Para Petrini *et al.* (2010), a família permanece em constante mudança, envolvidas no dinamismo das relações sociais que se encontram inseridas nos diversos contextos sócio-político-econômico e cultural. Dentro desta dinâmica, o grupo busca reorganizar formas de estruturação, reagindo e se adaptando aos condicionamentos externos. Silva (2009) amplia o olhar para a sociedade na qual se encontram as famílias, entendendo que é marcada e definida a partir de um longo processo, que perpassaram por momentos como os de colonização, estruturas patriarcais e uma economia movida inicialmente pela escravidão, em seguida pelo capitalismo, o que fomentou a diferenciação das camadas sociais.

Petrini *et al.* (2010) defendem que independentemente da constituição ou estruturação familiar, esta deve ser interpretada como um local que garanta a sobrevivência, proteção integral dos membros e principalmente dos filhos, desempenhando um papel decisivo na educação, na constituição dos valores éticos, humanitários, culturais e de solidariedade.

A família é o principal lugar de construção de personalidade e de socialização dos membros, como acredita Silva (2009). Porém, somente isto não a caracteriza, já que existe uma concepção cultural de que apenas o tradicional modelo nuclear representa um modelo familiar ideal a ser seguido, desprezando as variedades e culpando as pessoas que não



conseguem obter tal ideal, sendo qualquer outro tipo de família designada como desestruturadas e desajustadas. Neste sentido, as organizações familiares de maior influência ideológica no Brasil são implantadas através de um processo gradual.

Simultaneamente à supervalorização de um ideal familiar acontece o aumento de novas formas de estruturas e organizações, dentre elas os grupos que são reconstituídos, unipessoais, consensuais, extensos, por associação, nova união conjugal, uniões homossexuais, uniões estáveis, casais sem filhos e especificamente os monoparentais (WAGNER, TRONCO, ARMANI; 2011).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão social na realidade brasileira demonstra-se ainda mais brutal do que nos países centrais e desenvolvidos, possuímos níveis alarmantes de miséria, violência e desigualdade social, diante de uma industrialização tardia e imposição desses países centrais quanto ao nosso modo de produção, de consumo e de vida.

Embora o Brasil tenha avançado no tange às políticas de bem-estar social, desde a sua implementação (nos anos 30) até as duas décadas posteriores ao processo de redemocratização, percebe-se uma recente retração dessa políticas, sobretudo, em virtude da crise econômica e política que acomete nosso país, vez que já entrou em vigor a reforma trabalhista, trazendo suas mazelas, como o desmonte de direitos sociais e a precarização do trabalho, claras expressões da questão social, além na iminência da reforma previdenciária, o que agravará ainda mais a situação da população brasileira, haja vista o crescente desemprego, com conseqüente diminuição de postos formais de trabalho, e, portanto, redução das contribuições previdenciárias.

Além da atual conjuntura política vivenciada, pesa ainda a tendência familista das políticas sociais, que traz a família para o centro de responsabilidade dessas políticas, iniciada na crise do Estado de Bem-Estar Social (anos 70), que resultou numa resignificação de diversos agentes de proteção social, dentre os quais a família tem se destacado, que, sem o adequado suporte estatal, ao invés de promover proteção dos membros, diante dessa sobrecarga, promove desproteção social, o que agrava ainda mais, por exemplo, a situação da juventude brasileira.

REFERÊNCIAS



BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 fev. 2018.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência 2017.** Brasília: IPEA, 2017.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da questão social. **Revista Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.** n. 3, Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Conceito de Família.** 1994. Disponível em: <<http://www.who.int/en/>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate.** São Paulo: Cortez, 2004.

PETRINI, J. C., ALCÂNTARA, M. A. R., MOREIRA, L. V. DE C. **Família na contemporaneidade: uma análise conceitual,** 2010. Disponível em: <http://www.humanaaventura.com.br/arquivos/file/Fam%C3%83%C2%ADlia_na_contemporaneidade.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018.

SANTANA, R. C. H. **A família monoparental na sociedade contemporânea: breves reflexões.** V Encontro de Pesquisa em Educação em Alagoas, 2010. Disponível em: <<http://dmd2.webfactional.com/media/anais/FAMILIA-MONOPARENTAL-NA-SOCIEDADE-CONTEMPORANEA-BREVES-REFLEXOES.pdf>>. Acesso em:

SANTOS, J. S. **Questão Social: particularidades no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, M. A. **Famílias monoparentais uma aproximação afirmativa.** Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2009.

SIMIONATO, M. A. W.; OLIVEIRA, R. G. **Funções e transformações da família ao longo da história.** Paraná, ABP, 2003. Disponível em: <<http://www.abpp.com.br/abppprnorte/pdf/a07Simionato03.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

TEIXEIRA, L. C., PARENTE, F. S., & BORIS, G. D. B. Novas configurações familiares e suas implicações subjetivas: reprodução assistida e família monoparental feminina. **Psico,** v. 40, n. 01, 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/2848/4138>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

WAGNER, A., TRONCO, C., ARMANI, A. B. Introdução: Os desafios da família contemporânea. Revisitando conceitos. In Wagner, A. e colaboradores. **Desafios Psicossociais da Família Contemporânea: pesquisas e reflexões.** Porto Alegre, RS: Artmed, 2011.